

REFLEXIVIDADE E RELACIONISMO COMO QUESTÕES EPISTEMOLÓGICAS NA PESQUISA EMPÍRICA EM COMUNICAÇÃO

Maria Immacolata Vassallo de Lopes*

Resumo:

A pesquisa empírica em Comunicação é tomada como objeto de análise a fim de trazer para o interior da própria prática da pesquisa duas questões epistemológicas, a reflexividade e o relacionismo. Para isso, trabalho as propostas de Bachelard e de Bourdieu sobre a epistemologia histórica e operatória e o campo científico para a construção do conhecimento social. O conceito de reflexividade é recuperado desde sua originária perspectiva racionalizante até a visão plural da “modernidade reflexiva” fundada em práticas de ordens epistêmica e social. Enquanto prática epistêmica, analiso a reflexividade nas operações de ruptura e de construção do objeto científico e nas relações triádicas entre sujeito, objeto e conhecimento. Enquanto prática social, uso a noção de reflexividade para abordar o trabalho de campo como situação social de comunicação e categoria de análise. Concluo reafirmando que toda pesquisa deve responder a duas validações, a interna e a externa, das quais decorrem, respectivamente, o capital epistemológico de um campo científico e o uso de seu conhecimento pela sociedade.

Palavras-chave: *Reflexividade. Relacionismo. Pesquisa Empírica.*

1. Introdução

* Professora titular da Escola de Comunicações e Artes da USP. Doutora em Ciências da Comunicação pela Universidade de São Paulo, com pós-doutorado na Università di Firenze, Itália. Coordenadora e professora do Programa de Pós-Graduação em Ciências da Comunicação da USP. Coordenadora e pesquisadora da rede de pesquisa internacional OBITEL (Observatório Ibero-americano da Ficção Televisiva). Autora de livros e artigos nas áreas de epistemologia, metodologia e ficção televisiva, no Brasil e no exterior. É pesquisadora do CNPq. E-mail: immaco@usp.br

Nas ciências sociais, o progresso do conhecimento pressupõe progresso em nosso conhecimento das condições de conhecimento.

Pierre

Bourdieu (1992)

Tomando como objeto de reflexão a pesquisa empírica em Comunicação, pretendo pontuar algumas questões de ordem epistemológica e metodológica tais como as concebo a partir do lugar em que se encontram, isto é, na própria *prática da pesquisa* que é em essência uma *prática metodológica*. Defino a metodologia da pesquisa como um processo de tomada de decisões e de opções pelo investigador que estruturam a investigação em níveis e em fases, cujas operações metodológicas se realizam num espaço determinado que é o espaço epistêmico.¹

Portanto, o ponto de vista que rege estas considerações é metodológico *lato sensu*, isto é, interno ao fazer científico e onde elas se confundem com a reflexão epistemológica. Dois pontos devem ser destacados de antemão neste enfoque. O primeiro é que a epistemologia é tomada na tradição bachelardiana, no plano do desenvolvimento histórico da ciência e no nível operatório, do aqui e do agora, isto é, como prática metodológica, entendendo que a reflexão epistemológica opera *internamente* à prática da pesquisa. Dito de outra maneira, os princípios de cientificidade operam internamente à prática científica, uma vez que a crítica epistemológica é que rege os critérios de *validação interna* do discurso científico, que são firmados de acordo com os requerimentos específicos de uma ciência em um determinado momento de seu desenvolvimento. O segundo ponto é que esta perspectiva epistemológica deve necessariamente envolver critérios de *validação externa*, apoiados na crítica feita pela sociologia da ciência ou do conhecimento. Como diz Bourdieu (1999, p.87), "é na sociologia do conhecimento que se encontram os instrumentos para dar força e forma à crítica

¹ Elaborei a noção de *prática da pesquisa* como tomada de decisões e de opções que se expressam em níveis e fases metodológicas e formalizei-a em um modelo para a pesquisa empírica em Comunicação (Lopes, 1990). A partir desse modelo, fui realizando atualizações críticas sobre o estado da questão da pesquisa e do campo da Comunicação. Ver Lopes (1999, 2003, 2007).

epistemológica, revelando os supostos inconscientes e as petições de princípio de uma tradição teórica."

Entendo, assim, a prática da pesquisa como prática epistêmica *sobredeterminada* pelas condições sociais de sua produção, que são as que regem o funcionamento do campo científico ou intelectual *tout court* dentro de uma sociedade numa dada época. E, igualmente, como prática que possui uma *autonomia relativa* sustentada por uma lógica interna de desenvolvimento e de autocontrole de operações metodológicas, o que impede que ela se converta numa mera caixa de ressonância de normas externas e, portanto, em discurso totalmente ideológico. São, portanto, duas lógicas que se inserem na estrutura de qualquer pesquisa, um *tempo lógico*, regido pela epistemologia e a metodologia científica e por um *tempo histórico*, regido pela sociologia da ciência ou do conhecimento². Ao final, a prática da pesquisa é concebida como um campo de forças, submetida a determinados *fluxos e exigências internas e externas do conhecimento*.

Essa concepção de epistemologia inscrita nas práticas de pesquisa faz com que ela seja incorporada como um nível ou instância metodológica de toda pesquisa. O que leva a criticar e lamentar o descaso pelas questões epistemológicas nas pesquisas empíricas de Comunicação, fruto da deficiente formação em pesquisa e da herança de uma razão instrumentalizada de ciência, possivelmente a mesma que identifica a Comunicação como ciência social “aplicada” na classificação institucional em que seus estudos são rubricados.

2. Reflexividade como prática social e prática epistêmica

Pedra angular da epistemologia, a reflexividade tem sido, desde sempre, entendida como crítica da ciência, ciência da ciência, ou metadiscurso científico. O caráter reflexivo da prática da pesquisa é algo natural (não há ciência sem reflexão) e o exercício da reflexividade é indispensável para criar a atitude

² Sobre a natureza dessas duas temporalidades, ver Goldschmidt (1963).

consciente e crítica por parte do pesquisador quanto às operações metodológicas que realiza ao longo da investigação. É também o questionamento constante a que deve submeter a construção, a observação e a análise de seu objeto de pesquisa. Essa reflexividade permanente, cultivada por parte do pesquisador, tende a tornar-se disposição intelectual possível de internalizar-se e constituir-se em *habitus* científico³. Como pretendo sustentar e demonstrar adiante, esse *habitus* é de natureza híbrida, combinando relações de objetivação e relações de subjetivação do pesquisador na construção de seu objeto de estudo.

É, portanto, na junção das noções de prática da pesquisa e de *habitus* intelectual que me proponho a discutir aqui aspectos da questão da reflexividade, que considero fundante e prévia a qualquer discussão dos obstáculos epistemológicos, dentro da pesquisa empírica, em geral, e na Comunicação, em particular.

2.1. O longo percurso do conceito de reflexividade

É interessante notar a ausência de trabalhos atualizados sobre o conceito de reflexividade, não obstante ele cumprir um papel decisivo no pensamento ocidental, como demonstra Domingues (2002). De uma forma ou de outra, esse conceito sempre apareceu associado ao que Descartes consagrou como o *cogito*, ou seja, *a capacidade da consciência de pensar-se a si mesma*. É o papel da razão, em geral abstrata, desvinculada da corporalidade e da experiência ou, ao menos, superior e contraposta a estas. Por isso, no pensamento filosófico

³ Segundo Bourdieu, “todo campo científico se apresenta como conjunto de recursos científicos herdados do passado que existem em *estado objetivado* sob forma de instâncias de consagração (academias, prêmios), publicações, instituições de ensino etc., e no *estado incorporado* sob forma de hábitos científicos, sistemas de esquemas gerados de percepção, de apreciação e de ação, que são o produto de uma forma específica de ação pedagógica e que tornam possível a escolha dos objetos, a solução dos problemas e a avaliação das soluções.” (1983, p.137). Fica assim notado o processo de socialização dos estudiosos dentro de uma prática de conhecimento estruturada, através da qual se forma tanto o *habitus científico* quanto a figura do *intelectual coletivo*, isto é, o conjunto dos produtores do conhecimento que afirmam sua autonomia da influência externa ao campo científico. Ver também Bourdieu e Wacquant (1992).

clássico, a reflexividade apresentou-se quase como um sinônimo de razão. O idealismo alemão assim a empregou, seguindo os passos do próprio Descartes. Kant, Hegel e Husserl foram marcos fundamentais na evolução do pensamento sobre a reflexividade, conceituada em termos eminentemente racionalistas. O século XX, através do pragmatismo, da psicanálise, de Wittgenstein, e mesmo de certas correntes da fenomenologia, buscou elaborar alternativas a essa perspectiva, com sucesso variado. Ainda que demonstrando a importância da "vivência" ou "experiência" diante da reflexão, Husserl foi um dos últimos grandes filósofos clássicos a retomar o conceito na acepção racionalista (e dualista) e no que tange à própria teorização da reflexividade. Essa concepção implicou, ademais, uma aguda separação entre sujeito e objeto, com o primeiro tendo de se converter absoluta e claramente no segundo para que a reflexão pudesse ter lugar. É assim que esse conceito foi legado à poderosa tradição fenomenológica contemporânea, de Heidegger e Sartre.

No campo das ciências sociais, a sociologia reintroduziu em larga medida essa abordagem em seu arcabouço conceitual. Schutz (1932 [1979]) abraçou decisivamente essa perspectiva, incorporando-a à sua noção de "mundo da vida". Entretanto, influenciado fundamentalmente por Weber, Schutz elaborou uma definição e uma tipologia da ação social que reproduziam precisamente os mesmos problemas que se pode encontrar na matriz racionalista ocidental. Mead (1930 [1962]), autor que se acha no centro do pragmatismo norte-americano, avançou no sentido de elaborar uma concepção bastante distinta da fenomenológica, ao referir-se à atitude analítica e autocontrolada do sujeito na vida cotidiana e em tarefas, por assim dizer, banais. Deve-se a ele a crítica à concepção da experiência que não se mostra capaz de se tematizar em seu próprio curso e faz notar que a espontaneidade e consciência não seriam opostos.

Entretanto, será com Giddens (1991,1997) e com Beck (1992, 1997) que o conceito dará passos importantes para superar as limitações desse ângulo tradicional e estreito. Em suas obras sobre a *modernidade reflexiva* e a *sociedade*

de risco, a reflexividade passa a ter por objeto a própria condição moderna de existência. Segundo esses autores, a premissa clássica de uma “teoria da reflexão da modernidade” poderia ser resumida em: quanto mais as sociedades são modernizadas, mais os sujeitos adquirem capacidade de refletir sobre as condições sociais de sua existência e, assim, modificá-las. No entanto, o conceito por eles introduzido de *modernização reflexiva* não implica (como pode sugerir o adjetivo “reflexivo”) *reflexão*, mas antes reflexividade. Esta diz respeito à “autoconfrontação com os efeitos da sociedade do risco” (Beck, 1997, p.16), isto é, aos efeitos colaterais sobre os quais não temos controle nem dos quais com frequência temos conhecimento.

Para o que interessa aqui, é necessário notar a diferença entre os dois autores em relação à reflexividade praticada pela ciência e pelas pessoas comuns na sociedade moderna. Para Beck, a autoconfrontação como condição do homem moderno deve ser claramente distinguida do aumento do conhecimento e da “cientificação” no sentido de ela implica uma autorreflexão (mesmo crítica) sobre a modernização da sociedade. Por outro lado, para Giddens, a autoridade específica que a ciência um dia desfrutou – e que se transformou numa espécie de tradição – só poderia ser protegida na medida em que houvesse um isolante separando a especialização científica das diversas formas de possibilidade de conhecimento das populações leigas. O que o leva a apontar para o lugar-comum em que se tornou o fato de os especialistas discordarem entre si, e mais que isso, a reivindicação de legitimidade universal da ciência ter se tornado muito mais discutida do que antes (1997, p. 221).

Na esteira do debate desses autores acerca da “reflexividade expandida” na sociedade como uma das “conseqüências da modernidade” (abalo da confiança e da tradição, progressão do risco e da incerteza, diversidade de conhecimentos), eu diria que é possível afirmar que as tensões entre as diversas interpretações da ciência e as formas alternativas de reivindicação de conhecimento podem ser reconhecidas tanto na “ambivalência da modernidade” feita de otimismo e

negatividade do Iluminismo, como aponta Bauman (1999), quanto nas lutas pela hegemonia ao lado dos domínios da ciência ortodoxa, que caracterizam as “estratégias de subversão” no campo científico, como nota Bourdieu (1983).

Assim, creio ser possível avançar um conceito de reflexividade capaz de abarcar a multidimensionalidade de suas articulações com a vida social e com os processos mentais e subjetivos individuais. Na maioria das vezes é uma *reflexividade prática* que se acha em pauta, mas nem por isso menos *significativamente orientada e variavelmente autorreferida*, a partir da qual "escolhas" são feitas, caminhos são traçados e rumos de vida, tomados.

A reflexividade mostra-se, assim, um vasto território, permeado por enfoques que recobrem diversos e díspares conteúdos, evidenciando ênfases distintas ao longo da história e da própria contemporaneidade. Portanto, é necessária uma conceituação que rompa com o racionalismo, não com a intenção de recusá-lo, mas de reservar-lhe o espaço empiricamente adequado.

Trazendo essas digressões para dentro da esfera do conceito de reflexividade que estou adotando, seria possível identificar no interior de qualquer processo de pesquisa científica uma *reflexividade prática*, característica da maior parte da vida, ações e movimentos, e que é compartilhada pelo especialista no seu meio ambiente social (daí ser possível chamá-la também de *reflexividade social*). E igualmente, uma *reflexividade epistêmica* ou *racionalizante*, específica de operações especialistas. Consequentemente, em condições de reflexividade epistêmica é possível assumir uma postura que configura claramente uma relação entre sujeito e objeto de conhecimento, condições essas que já não implicam a retomada do dualismo radical da racionalidade cartesiana.

3. Reflexividade epistêmica na pesquisa: ruptura e construção de conhecimento

Seguindo os passos de Bachelard⁴, as condições da gênese das teorias devem ser entendidas histórica e socioculturalmente. A perspectiva teórica adotada na análise da sociedade e da cultura é sempre entendida como um componente do próprio fenômeno que é objeto do estudo. Resulta daí que a reflexividade epistêmica praticada ao longo do processo de pesquisa incide e decide sobre o ajustamento entre o sujeito e o objeto de conhecimento. Ela pode ser traduzida através do exercício permanente da vigilância, da crítica e da autorreflexão sobre os todos os atos da pesquisa em andamento.

Tratarei aqui de dois atos de reflexividade epistêmica que, a meu ver, são prévios a qualquer consideração sobre os obstáculos epistemológicos dentro da pesquisa empírica em Comunicação.

⁴ Como afirmei, a concepção de epistemologia aqui adotada é marcadamente bachelardiana. (Ver Bachelard, 1938 [1996]; 1949 [1977], 1951[1975]. Dois eixos de sua extensa obra interessa destacar aqui: 1) a relação da razão científica com a empiria, ou seja, com a condição de romper com a razão do senso comum; 2) a concepção de “epistemologia histórica” que implica a ciência como um fato histórico, cultural e coletivo produzido por mentes individuais. Seguem alguns excertos esclarecedores.

“A fenomenologia não alcança o momento do racionalismo dos conceitos, o instante da nova consciência, onde o racionalismo subitamente nega a história da aquisição das idéias para designar e organizar as idéias constitutivas. Enquanto o pensamento científico toma consciência desta tarefa de essencial reorganização do saber, a tendência a inscrever os dados históricos primitivos aparece como uma verdadeira desorganização. A tomada de consciência racionalista é pois nitidamente uma nova consciência. É uma consciência que julga seu saber e que quer transcender o pecado original do empirismo. (...) O conhecimento comum já não pode ser, no estado presente do saber científico, mais que um território provisório, um território pedagógico para por a coisa em marcha, para dividir em pedaços. Uma doutrina da ciência é desde já essencialmente uma doutrina da cultura e do trabalho, uma doutrina da transformação correlativa do homem e das coisas” (1975, p.9).

“O vínculo indissociável entre o ‘espírito trabalhador e matéria trabalhada’ presente no materialismo racional e no racionalismo aplicado exige o abandono das tradições filosóficas alicerçadas no realismo ingênuo, que remete o pensamento apenas ao mundo sensível, fortalecendo a crença de que o conhecimento científico é cópia fiel do que se apresenta ao pesquisador. Em contrapartida, a ciência de hoje é factícia, rompe com a natureza para construir a técnica. Constrói uma realidade, esculpe a matéria, dá finalidade às coisas dispersas” (1975, p.10).

“(...) o espírito científico deve necessariamente psicanalizar o pensamento íntimo, carregado de individualidade, responsável por condicionar o trabalho de reconstrução e reorganização racional. A inspiração que provém dos valores da imaginação, portanto essencialmente individual, pode acumular grandes efeitos de entusiasmo que afastam a ciência da objetividade” (1975, p.11). Logo, a valorização do trabalho coletivo é acentuada por Bachelard, em detrimento da pesquisa isolada que denuncia os falsos valores enraizados na esfera da individualidade, fontes de constantes erros e obstáculos, verdadeiros entraves ao avanço do pensamento. Bachelard coloca em relevo o caráter social da ciência, ressaltando-a como fruto de um empreendimento coletivo, em oposição à imagem que acentua a cultura científica como resultado de uma atividade realizada por mentes solitárias .

O primeiro é a **ruptura epistemológica**, ato de importância capital, pois marca a consciência da distância entre o objeto real e o objeto de ciência. Não cabe nos objetivos deste artigo aprofundar a espinhosa questão da relação entre ciência e conhecimento comum e o tratamento dado à reflexividade prática na pesquisa empírica. Porém, quer se trate apenas de uma ou mais rupturas (Santos, 1989) ou da necessidade de mergulhar no "saber local" (Geertz, 2001), e apesar de toda a polêmica epistemológica que essas questões implicam, creio que acima de tudo, é preciso criticar a "ciência espontânea" (Bourdieu, 1997). A predisposição de tomar, como dados, objetos pré-construídos pela língua comum é um obstáculo epistemológico amplamente notado nas pesquisas empíricas em Comunicação. Pode decorrer daí o efeito de obviedade que se tem diante de muitas delas. A reflexividade epistêmica alerta para a ilusão de transparência do real, fixa o plano da ciência como plano conceitual (que exige o trabalho dos e com os conceitos) e, principalmente, revela que o objeto não se deixa apreender facilmente, uma vez que é regido por uma complexidade constitutiva que o torna opaco e exige operações intelectuais propriamente epistemológicas e teóricas para a sua explicação.

O segundo ato de reflexividade epistêmica incide sobre a **construção do objeto de pesquisa**. O objeto é um sistema de relações expressamente construído, uma vez que o objeto não é dado, mas é construído. É construído pelo investigador através de um longo processo de *objetivação* que percorre toda a pesquisa, desde a escolha do problema para estudo, seu recorte e estruturação, passando pelos procedimentos técnicos de coleta dos dados e chegando à sua explicação ou teorização. A objetivação é aqui definida como pensamento autorreferencial que incide sobre as teorias, métodos e de técnicas usados na pesquisa, pois ela explicita enquanto estes conquistam, constroem e constataam o objeto de estudo. Tem-se assim a base epistemológica de elaboração do objeto empírico e do objeto teórico da pesquisa, base essa que permite submeter à interrogação sistemática os aspectos da realidade postos em relação por um conjunto de problemas teóricos e práticos que demandam conhecimento. Os pressupostos ou

as respostas antecipadas a essas questões constituem o corpo de hipóteses da pesquisa que devem estar presas conceitualmente à problemática teórica envolvida. Uma vez que os aspectos ou fatos da realidade não são dados, estes, quando obtidos através das técnicas de investigação, já implicam em supostos teóricos. A crítica epistemológica das técnicas deve ser feita já na própria construção do objeto rompendo com a tradicional visão da "neutralidade axiológica" das técnicas e passando a tomá-las pelo que são, isto é, *teorias em ato*, conforme tratarei adiante. Como se vê, o nível ou a dimensão epistemológica na prática da pesquisa não é algo abstrato, mas se traduz concretamente por operações de vigilância sobre o conhecimento que se está produzindo. Em outros termos, a reflexividade epistêmica é permanente e incide sobre todas as etapas do processo de pesquisa.

4. Reflexividade epistêmica como objetivação das relações de conhecimento na pesquisa

Fruto da orientação acima designada como *racionalista*, sempre esteve claro para mim, enquanto pesquisadora, que a objetividade do conhecimento nas ciências humanas nunca poderia ser procurada na possibilidade de não influenciar o objeto, pois este é sempre construído pela razão de quem observa através do uso de métodos e técnicas de pesquisa e pela relação social entretida por esse observador com o objeto.

Julgo que a melhor resposta ao problema da objetividade está no fato de não a opor à subjetividade, considerando que os esforços de teorização e conceituação da linguagem científica e de validação das hipóteses construídas é um processo continuado de *objetivação da subjetividade*. Este esforço de objetivação, como processo e não como definição estática, tende a assumir a forma de projeto de uma ciência da ciência, como por exemplo, para Morin (1994) e Bourdieu (1992). Mas, ele também pode ser concretizado, como aqui tento mostrar, dentro

de uma perspectiva *de reflexividade epistêmica*, onde *habitus* e práticas científicas tomam como processo de “validação interna”⁵ de uma ciência a teorização do próprio ato da observação, explicitando as condições e interações sociais que presidem determinada pesquisa empírica.

Um modo de refletir epistemologicamente sobre o processo de observação é ser capaz de entender e de comunicar a diferença cultural entre sujeito e objeto da investigação (Thiollent, 1980, pp.15-133). Trata-se de advogar, tal como as correntes racionalistas, a necessidade de exercer o papel crítico da ciência de ruptura com o senso comum, embora agora por outra via que não apenas a da teoria (o que caracterizaria o teoricismo). Trata-se da ruptura epistemológica pela via da *experiência do trabalho de campo*, em que são relativizados, simultaneamente, o senso comum do informante e o ponto de vista científico do pesquisador, tentando assim abarcar todas as marcas de etnocentrismo, inclusive científico. Segue-se que a adoção da perspectiva da interculturalidade no processo investigativo tende a diminuir as desigualdades de poder simbólico e cultural entre os especialistas e os leigos, partindo do pressuposto que a construção do “investigador coletivo” que não exclua do campo científico o senso comum dos práticos, não é apenas um ato de vontade negociada. Supõe a teorização da *relação social de investigação*, isto é, implica em compreender a estrutura dessa relação e em saber identificar ações alternativas que permitam evitar a reprodução automática das desigualdades simbólicas no trabalho de campo, criando condições de intervir sobre a estrutura da relação social que é criada. (Bourdieu, 1997, pp. 693-732).

Uma vez que a parcialidade teórico-ideológica do pesquisador é submetida ao crivo da ruptura epistemológica por meio da objetivação da experiência do trabalho de campo, é possível evitar obstáculos ao conhecimento, comumente encontrados nas pesquisas empíricas em Comunicação, entre os quais é possível citar: (1) o vício teoricista de pressupor a passividade do objeto de investigação,

⁵ Conforme referi à p. 2.

uma vez que o pesquisador acaba por lhe impor a sua visão do mundo, transformando a influência sobre o objeto na incapacidade de entender o outro; (2) o vício etnocêntrico de confundir o desejo sobre o que a realidade deve ser (resultante de valores do pesquisador) com o que é, levando a sobrevalorizar o peso e a importância tanto de condutas sociais críticas como não-críticas.

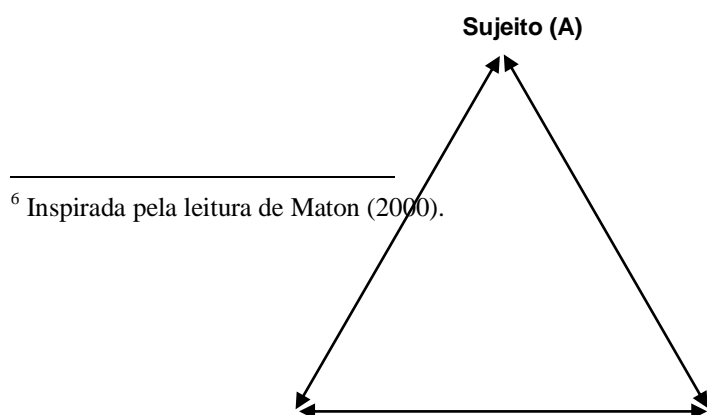
Mais concretamente, na prática da pesquisa, penso que a perspectiva de relativização da parcialidade teórico-ideológica, permite superar o teorismo racionalista desde que o ato epistemológico de construção do objeto seja condicionado às seguintes orientações: (1) os modelos de análise (os constructos teóricos-empíricos-hipotéticos) não podem resultar apenas de uma problematização teórica prévia, devendo ser reelaborados quando nos encontramos “em campo”, isto é, quando entramos em comunicação com o objeto e passamos por uma confrontação com a “diferença”; (2) as construções teórico-interpretativas, dependentes de um trabalho de conceituação científica, não podem opor-se às construções interpretativas comuns dos atores sociais, pois estas últimas (as construções simbólicas “locais”) funcionam como indicadores de postulados teóricos mais abstratos que permitem comparar e sistematizar conhecimentos sobre diferentes contextos sociais.

Nesse quadro, criam-se condições para que as teorias sociais estejam próximas não só dos investigadores, sem se limitarem apenas às construções simbólicas dos atores sociais, mas também da já referida capacidade de *reflexividade prática ou social* dos atores sociais comuns, admitindo que estes decidam incorporar interpretações científicas por serem adequadas e plausíveis face à consciência prática que já têm sobre os seus contextos de vivência. Esta adequação e plausibilidade contribuirão para que atores sociais comuns integrem os produtos de conhecimento científico à sua visão de mundo, ultrapassando as limitações dos saberes construídos apenas no cotidiano (Giddens, 1989).

Deve ser lembrado que uma forte crítica ao normativismo do método, está em introjetar a *relação social de investigação* numa perspectiva que permita ao pesquisador objetivar e compreender as condições sociais da observação/inquirição do social.

4.1. Reflexividade e relações de conhecimento

As práticas reflexivas que discuti anteriormente enfatizaram especificamente a relação entre o Sujeito (investigador) e o Objeto (investigado) na pesquisa, ao passo que as abordagens epistemológicas tradicionais restringiram seu foco na relação epistêmica entre o Objeto e o Conhecimento. Diversamente, adoto a reflexividade epistêmica “aggiornata” às condições de conhecimento da contemporaneidade que toma a objetivação da relação entre sujeito e objeto como principal objeto de análise. Esta posição encontra ressonância em trabalhos como os de Bourdieu (1992, 1995) que defendem que a “objetivação da relação objetivada” do sujeito e objeto é a condição epistemológica do conhecimento científico social. Uma maneira de esclarecer essa contribuição de Bourdieu para a epistemologia da ciência social e, portanto, da Comunicação, é conceber os requisitos do conhecimento compreendendo três relações interconectadas, porém analiticamente distinguíveis: a relação social entre o sujeito (coletivo) e o conhecimento (campo); a relação epistêmica entre o conhecimento (campo) e o objeto (estudo); e a relação objetivada entre o sujeito (coletivo) e o objeto (estudo). É o que se mostra na Figura 1.⁶



⁶ Inspirada pela leitura de Maton (2000).



Figura 1: Três relações de conhecimento na produção da ciência social

A figura acima representa o conhecimento na perspectiva do *relacionismo* proposta por Bourdieu. As posições ocupadas no campo por A, B e C estão em relação entre si. A principal inovação do autor é colocar ênfase na objetivação das relações de conhecimento. Em seus próprios termos, “a reflexividade epistêmica deve ser epistemológica, coletiva e fundamentalmente antinarcisística” (Bourdieu e Wacquant, 1992, p.72).⁷ Em segundo lugar, a análise das relações coletivas objetivadas são, para Bourdieu, um empreendimento coletivo conduzido por um campo científico como um todo. Não se trata simplesmente de uma prática individualizada da pesquisa, mas da inclusão de uma teoria da prática intelectual como componente integral e condição necessária para uma teoria crítica do conhecimento. Portanto, ambos o sujeito e o objeto de conhecimento são antes figuras coletivas (o campo científico

⁷ A reflexividade individualística compreende a autorreflexão crítica sobre a história do autor, sua posição social e suas práticas no campo científico. Deste modo, a reflexão autobiográfica é incluída na pesquisa, com a condição de não usurpar o objeto de estudo em benefício do autor, o qual, assim fazendo, corre o risco de ele próprio se tornar o objeto de estudo.

como um todo) do que indivíduos. Esta análise reflexiva coletiva das relações coletivas objetivadas, segundo Bourdieu, é que provê fundamentalmente a base epistemológica para o conhecimento científico social.

Como é sabido, o conhecimento é submetido aos processos de autoridade e de reconhecimento por outros investigadores do campo e resultará na sua socialização e referencialização. É o que, guardando analogia com outros conceitos de capital de Bourdieu, poderia ser chamado de *capital epistemológico* do campo. Este seria, então, o resultado do papel das instituições do campo (revistas, comitês, titulações) para a sua autonomia interna, implicando na busca não apenas por recursos e status, mas *também* por lucros epistêmicos. As formações epistêmicas em toda ciência têm sido o resultado dos atendimentos/respostas de um campo às exigências próprias do conhecimento e dos *habitus* intelectuais moldadas pelo próprio campo. O desenvolvimento de um campo científico, então, é sempre o resultado da dupla combinação dos interesses sociais e interesses cognitivos na acumulação tanto de capital simbólico como de capital epistêmico.

4.2. Reflexividade sobre o trabalho de campo como situação de comunicação e categoria de análise

A fim de fechar o foco no plano mais concreto de análise sobre a reflexividade, voltarei a última parte deste trabalho à experiência empírica de campo.

Considero o trabalho de campo como elemento fundante da pesquisa empírica. Trata-se de uma experiência insubstituível para o pesquisador, aquilo que “só se aprende fazendo”, quando ele entra em interação com os fenômenos sob estudo em seu contexto natural. Entretanto, a despeito da ênfase dada pelas ciências humanas ao estudo empírico de fenômenos sociais, isto é, submetidos à observação nas situações naturais de ocorrência (*in situ*) é necessário

desnaturalizar o trabalho de campo. A reflexividade epistêmica no trabalho de campo se traduz no que chamarei de esforços de desnaturalização e de objetivação das condições sociais em que sujeito e objeto de pesquisa estão envolvidos. Tratarei aqui de dois aspectos constantes dessa reflexividade.

Reflexão epistêmica 1: Desnaturalização do trabalho de campo através de crítica à falsa neutralidade das técnicas

A assunção de que o objeto de ciência não é dado, mas é construído através de teorias (e seus conceitos) e de métodos (e suas técnicas), exige do investigador a mais básica e talvez por isso mesmo, a mais difícil disposição atitudinal (ou *habitus*) que é a permanente vigilância epistemológica, ou seja, o uso da reflexividade epistêmica aplicada ao conhecimento que está produzindo.⁸ O frágil domínio metodológico revelado nas pesquisas empíricas de Comunicação reflete-se imediatamente no descaso ou na ausência da crítica sobre as técnicas de pesquisa empregadas. A ilusão de que sejam epistemologicamente neutras tanto as técnicas como os procedimentos de coleta de dados leva facilmente aos automatismos com que são elaborados. Nas pesquisas não se procura por uma teoria do questionário⁹ como se procura por uma teoria da recepção ou uma teoria do discurso. Entretanto, não existe coleta de dados sem pressupostos teóricos, ou seja, na feliz expressão de Bourdieu, as técnicas são *teorias em ato*.

A medida e os instrumentos de medição e, de forma geral, todas as operações da prática da pesquisa, desde a elaboração dos questionários e a codificação até a análise estatística, constituem outras tantas teorias em ato, enquanto procedimentos de construção, conscientes ou inconscientes, dos fatos e das relações entre os mesmos (1999, p.53).

Quanto menos consciente for a teoria implícita em determinada prática – teoria do conhecimento do objeto ou teoria do objeto – maiores serão as possibilidades

⁸ É o que dá base para o programa do racionalismo aplicado de Bachelard (1977), segundo o qual o objeto científico se conquista (ruptura com o conhecimento do senso comum), se constrói (através de quadros teóricos e estratégias metodológicas) e se constata (mediante o teste de hipóteses).

⁹ Sobre a teoria do questionário, ver Thiollent (1980) e Bourdieu (1973[1980]).

de que ela seja mal controlada, portanto, mal ajustada ao objeto em sua especificidade.

Ao designar por metodologia, como acontece frequentemente, o que não passam de decálogos de preceitos técnicos ou práticas automatizadas, escamoteia-se a questão metodológica propriamente dita que é a *escolha* entre as técnicas de pesquisa (quantitativas, qualitativas, combinadas) com referência à significação epistemológica que elas carregam. Quase sempre, apresentam-se apenas as técnicas *escolhidas* e sua justificativa *a posteriori*, quando os dados empíricos já foram colhidos e construídos, geralmente com um baixo grau de consciência quanto às dimensões epistemológicas implicadas. Entendidas as técnicas como instrumentos neutros, naturalizados, facilmente intercambiáveis, a reflexividade sobre elas é débil exatamente por envolverem operações técnicas, isto é, supostamente “não valorativas”.

Reflexão epistêmica 2: Objetivação da relação comunicacional no contexto da pesquisa de campo¹⁰

O trabalho de campo é um trabalho *no* campo da ciência, constituído por complexos contextos de interação que envolvem distintas dimensões e aspectos dentre os quais sobressai a posição dos interlocutores colocados em comunicação. Essa posição não é natural ou espontânea, mas é uma *relação de conhecimento*, em que um dos sujeitos é o pesquisador e o outro o pesquisado, que foram colocados em interação por um interesse objetivo que é o de um conseguir informações do/sobre o outro. Um é dono de um saber especializado, outro, de um saber prático ou que é de interesse desse outro. Para que essas posições no campo - bem como as expectativas individuais, experiências e relações prévias dos sujeitos e dos recursos materiais e simbólicos que

¹⁰ Mesmo quando não ocorre relação social no trabalho de campo, isto é, quando este não envolve outras pessoas além do pesquisador, as questões sobre reflexividade e objetivação que orientam os argumentos neste tópico, valem igualmente para o trabalho de campo que possui como universo de pesquisa um *corpus* de textos.

intermediam essa relação – se tornem objeto de reflexão epistêmica por parte do estudioso, é necessário que ela recaia sobre o caráter situacional e dinâmico dessa relação de interlocução.

Entender o trabalho de campo formado por *situações de comunicação* implica assumir uma posição metodológica que o define como um campo dinâmico de relações, no qual se delineiam diversas estratégias discursivas e de ação por parte dos atores envolvidos, configurando processos de negociação, colaboração e resistência que incidem na coleta dos dados e nos resultados de sua análise. Este deveria ser um entendimento básico, mas não é, visto que os processos de comunicação envolvidos no trabalho de campo raramente são referenciados e tomados como objeto de reflexão epistêmica em toda sua complexidade.

Essa proposta de análise relacional do trabalho de campo está baseada em uma reapropriação da categoria etnográfica de *situação social* formulada por Gluckman (1987) como sendo um conjunto de configurações e interrelações entre diversos grupos e elementos culturais que comportam tanto conflitos e tensões quanto formas de cooperação e comunicação, os quais determinam/modificam o comportamento e participação individual de cada agente envolvido no trabalho etnográfico. Assim, cada situação social conforma um padrão de interdependência integrado e conflitivo ao mesmo tempo, em que intervêm ao menos três elementos: um conjunto limitado de atores sociais, as ações e comportamentos desses atores e um evento ou conjunto de eventos que referencia a situação social a um determinado momento. Essas formulações, retomadas e aplicadas à análise das condições de produção dos dados empíricos, permitem definir o trabalho de campo como “situação social”.

Deste modo, elementos textuais e contextuais do trabalho de campo adquirem particular importância para a reflexão sobre as condições de produção de conhecimento. Sua problematização permite, por exemplo, pensar como as posições sociais dos interlocutores condicionam as propriedades dos discursos

circulantes e incidem nos acordos e resultados alcançados. As situações de comunicação possuem uma dimensão subjetiva enquanto os interlocutores estão habilitados e se reconhecem mutuamente como agentes com capacidade de produzir sentido, desenvolvendo procedimentos de interpretação que intervêm na negociação para um acordo intersubjetivo, sempre provisório e, portanto, dinâmico. A situação de contato destaca a diversidade de formas de comunicação expressa em diferentes modos de falar, gesticular, olhar, vestir, etc.

A reflexividade, que é sinônimo de método, permite perceber e controlar no campo, a própria condução de uma entrevista, por exemplo, isto é, perceber o campo em que ela se realiza. Uma comunicação consciente da violência simbólica e contrária a formas autoritárias de intervenção científica é ponto de partida, no sentido do pesquisador ter em vista a dessimetria das posições ocupadas na *situação social de entrevista*. Mais, essa situação quase sempre se faz acompanhar por uma dessimetria social quando o pesquisador ocupa uma posição superior ao pesquisado pela posse de um capital, especialmente o capital cultural e em particular o capital lingüístico. A fim de reduzir ao máximo a intervenção arbitrária que está presente desde o princípio ao se apresentar a pesquisa, deve-se procurar instaurar uma relação de escuta ativa e metódica, tão afastada da pura não-intervenção da entrevista não-dirigida e dos relatos autobiográficos das histórias de vida, quanto do dirigismo do questionário e da entrevista roteirizada.¹¹ Essa postura, de aparência contraditória, não é fácil de se colocar em prática. Nas palavras de Bourdieu,

Ela [essa postura] associa a disponibilidade total do entrevistador em relação à pessoa interrogada, a submissão à singularidade de sua história particular, que pode conduzir, por uma espécie de mimetismo mais ou menos controlado, a adotar sua linguagem e a entrar em seus pontos de vista, em seus sentimentos, em seus pensamentos, com a construção metódica, forte do

¹¹ Sobre a crítica ao condutivismo do questionário e às diversas modalidades de entrevista, ver Thiollent (1980, pp. 31-99).

conhecimento das condições objetivas, comuns a toda uma categoria (1997, p.695).¹²

Muitos relatos relevantes dos entrevistados para os objetivos da investigação costumam emergir mais dessa experiência reflexiva sobre o trabalho de campo do que de entrevistas previamente formatadas. Porém, a confiança no “outro” e o compromisso mútuo no processo de pesquisa não se consegue de maneira imediata: a construção de um padrão de interação tem historicidade, que compreende tanto a micro-historicidade da relação de interlocução de uma pesquisa específica como a macro-historicidade da relação estrutural pesquisador-pesquisado, e combina interesses, sistemas de representação, expectativas e afetos.

Desta maneira, longe de reduzir a “relação de conhecimento ou epistêmica” à mera “transmissão de informação”, o trabalho de campo configura um espaço de interação de diferentes finalidades e sistemas de representação em que se põe em jogo não somente o interesse acadêmico e sua relevância científica, mas, igualmente, e de maneira cada vez mais acentuada, a necessidade de “compreender” a demanda dos “outros” construídos como objetos de pesquisa. Ter em mente as implicações do “uso social da ciência”, os acordos intersubjetivos determinando ou modificando o comportamento e a participação tanto do pesquisador como do pesquisado, é do que se trata. Pois os espaços do trabalho de campo são os espaços dos pontos de vista, das perspectivas múltiplas do pesquisador e do pesquisado, e por isso mesmo, espaços difíceis de compreender e de descrever.

É nesse sentido que considero a dimensão comunicacional do trabalho de campo como questão epistemológica e categoria de análise a serem explicitadas e

¹² Como a retomar o seu trabalho etnográfico inicial sobre os trabalhadores da Argélia em 1958, um Bourdieu, talvez surpreendente para muitos, escreveu um texto reflexivo e sensível sobre a explicitação do método utilizado no conjunto dos estudos de caso expostos em *A miséria do mundo*, com o título de “Compreender” (1997, pp. 693-732).

objetivadas atendendo ao seu caráter situacional e dinâmico, produto da ação dos sujeitos em interação.

5. Breve conclusão

Todo desenvolvimento de uma ciência segue ao longo de embates travados pela validação interna (construção de capital epistemológico) e pela validação externa (função social do conhecimento) de seus resultados. Deste modo, à guisa de conclusão deste trabalho, volto à questão inicial da construção do objeto dentro de um projeto de pesquisa para aí colocar a indagação sobre a pertinência do problema com que se inicia uma pesquisa e sua problemática teórica, isto é, sobre a importância social do objeto empírico e a relevância do objeto teórico da pesquisa.

Trata-se de indagar sobre a justificativa da importância social que costuma ser imputada ao objeto da pesquisa, como se bastasse algo ser pesquisado para que sua importância se sucedesse. Ao contrário, a justificativa já deveria trazer a marca do compromisso do investigador com os problemas que necessitam ser pesquisados, com as perguntas importantes a ser feitas hoje, aqui e agora. São as opções sobre quais temas pesquisar que, a meu ver, devem ser as mais conscientes possíveis, declaradamente assumidas, e que, no entanto, não podem ser respondidas pela ciência porque são opções valorativas, isto é, políticas, dependentes de uma *weltanschauung*, da concepção de mundo do pesquisador. E aí, talvez, devesse ser perguntado até que ponto estão sendo renovadas as "utopias fundantes" dos estudos de Comunicação na América Latina e estudados os "campos estratégicos de estudo" apontadas por Martín-Barbero (2009,

p.147).¹³ Intelectuais e estudos comprometidos com a transformação de nosso contexto renovadamente contraditório, ambivalente, desigual, que já nos valeu denominações como terceiro mundo, países dependentes, periféricos, e hoje, emergentes, contexto a partir do qual toda investigação deve começar e com ela manter relações de compreensão e de superação. Aqui, cabe a crítica ao modo exógeno de pensar, atravessado por questões e temas deslocados, por novas "idéias fora do lugar". Não se trata, porém, de nenhum provincianismo intelectual, pelo contrário, as razões da globalização devem incitar-nos cada vez mais a fazer aquelas perguntas-problema que têm relação vital com nossa existência social, que são também as que têm maior capacidade de apresentar relevância e pertinência teórico-epistemológica, ou seja, de fazer avançar o conhecimento no campo da Comunicação.

Referências

BACHELARD, Gaston (1975). *La actividad racionalista de la física contemporanea*.

Buenos Aires: Ed. Siglo Veinte.

_____ (1977). *O racionalismo aplicado*. Rio de Janeiro: Zahar Ed.

_____ (1996). *A formação do espírito científico*. Rio de Janeiro: Contraponto.

BAUMAN, Zygmunt (1999). *Modernidade e ambivalência*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed.

BECK, Ulrich (1992). *Risk society: toward a new modernity*. London: Sage.

BOURDIEU, Pierre (1980). A opinião pública não existe. In: THIOLENT, Michel.

Crítica metodológica, investigação social e enquete operária. São Paulo: Polis.

BOURDIEU, Pierre (1983). O campo científico. In: *Pierre Bourdieu*. São Paulo: Ática.

BOURDIEU, Pierre (1997). Compreender. In: BOURDIEU, Pierre (coord). *A miséria*

¹³ Considero esse texto um modelo de autobiografia intelectual antinarcisística marcada pela reflexividade epistêmica.

do mundo. Petrópolis: Vozes.

BOURDIEU, Pierre e WACQUANT, Loïc (1992). *An invitation to reflexive sociology*.

Cambridge: Polity Press.

_____ (1995). *Respuestas por una antropología reflexiva*. México: Grijalbo.

BOURDIEU, Pierre, CHAMBOREDON, Jean-Claude e PASSERON, Jean-Claude

(1999). *O ofício de sociólogo*. Petrópolis: Vozes.

DOMINGUES, José Maurício (2002). Reflexividade, individualismo e modernidade.

Revista brasileira de Ciências Sociais, vol. 17, nº 49, São Paulo.

GEERTZ, Clifford (2001). *O saber local*. Petrópolis, Vozes.

GIDDENS, Anthony (1989). *A constituição da sociedade*, São Paulo: Martins Fontes.

GIDDENS, Anthony (1991). *As consequências da modernidade*. São Paulo: Ed. UNESP.

GIDDENS, Anthony, BECK, Ulrich e LASH, Scott (1997). *Modernização reflexiva*.

São Paulo: Ed. UNESP.

GLUCKMAN, Max (1987). Análise de uma situação social na Zululândia moderna. In:

BIANCO, Bela F. (org.). *Antropologia das sociedades contemporâneas*. São Paulo: Global.

GOLDSCHMIDT, Victor (1963). Tempo histórico e tempo lógico na interpretação dos

sistemas filosóficos. In: *A religião de Platão*. São Paulo: Difel.

LOPES, Maria Immacolata Vassallo de (1990). *Pesquisa em comunicação. Formulação*

de um modelo metodológico. São Paulo: Loyola, 1ª ed.

_____ (1999). La investigación de la Comunicación: Cuestiones epistemológicas,

teóricas y metodológicas. *Diálogos de la Comunicación* 56, Lima: FELAFACS.

_____(2003). Sobre o estatuto disciplinar do campo da Comunicação. In: LOPES, Maria Immacolata V. (org.). *Epistemologia da Comunicação*. São Paulo: Loyola.

_____(2007). Comunicação, disciplinaridade e pensamento complexo. GT Epistemologia da Comunicação. *Anais do XVI Encontro COMPÓS*, Curitiba, junho de 2007.

MATON, Karl. (2000). Languages of legitimation: The structuring significance for Intellectual fields of strategic knowledge claims. *British Journal of Sociology of Education*, 21(2).

MEAD, George H. (1962). *Mind, self and society*. Chicago: University of Chicago Press.

MORIN, Edgar (1994). *Ciência com consciência*, Lisboa: Publicações Europa-América.

SANTOS, Boaventura de Souza (1989). *Introdução a uma ciência pós-moderna*. Rio de Janeiro: Graal.

SCHUTZ, Alfred (1979). *Fenomenologia e relações sociais*. Rio de Janeiro: Zahar.

THIOLLENT, Michel (1980). *Crítica metodológica, investigação social e enquete operária*. São Paulo: Polis.